

## Senadores insistem em mudanças no Orçamento

O Orçamento é, na forma atual, "peça de ficção", afirma Paulo Paim, que cobra mudanças. Também a favor de alterações, Heloísa Helena defende o orçamento impositivo, cuja implantação, segundo Rodolpho Tourinho, não tolhe o Executivo.

Página 4



Jane Araújo

**ESTRÉIA** Na primeira reunião depois de eleita, a Mesa diretora do Senado estabelece novos critérios para uso da palavra pelos parlamentares no Plenário

## Renan anuncia corte nos gastos do Senado

"A carga tributária cresce em consequência do aumento dos gastos públicos. O Senado vai dar exemplo cortando seus gastos", afirmou o presidente da Casa, Renan Calheiros, ao anunciar eliminação de despesas que totalizam R\$10 milhões este ano

Página 5



Roosevelt Pinheiro

**PERSISTÊNCIA** A integração, de acordo com Maciel, deve ser feita sem pressa, mas também sem pausa

## "Europa é modelo de integração", afirma Maciel

Os países da América do Sul, conforme Marco Maciel, devem seguir o exemplo da Europa para construir sua integração. "A União Européia oferece ao mundo o mais bem tecido modelo", disse o senador em Plenário.

Página 8



J. Freitas

**O** funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) pode ser fiscalizado por uma subcomissão permanente de senadores. A proposta foi apresentada em reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) por seu presidente, Antonio Carlos Valadares. O objetivo é saber se o SUS está, de fato, cumprindo sua missão constitucional de atender a população brasileira, em especial a mais carente. Outra subcomissão da CAS, proposta por Paulo Paim, deve cuidar do trabalho e da previdência.

Página 2

## Plenário vota na terça-feira projetos contra exploração sexual

Página 3



**DE OLHO** Colegiado também deverá investigar "irregularidades" no SUS, diz Antonio Carlos Valadares

## CAS poderá criar subcomissão para fiscalizar o SUS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) poderá criar subcomissão permanente destinada a fiscalizar e acompanhar o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS). O objetivo é averiguar se o sistema cumpre, de fato, sua missão constitucional de atender à população brasileira, em especial a mais pobre.

O presidente do colegiado, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), autor da proposta, argumenta que o SUS vem sendo alvo de críticas em razão do mau atendimento e da falta de medicamentos. A subcomissão, observou, terá competência para apresentar propostas corretivas por falhas no sistema, bem como "acompanhar de perto irregularidades e desvios".

### Previdência

Na reunião de ontem, a CAS também decidiu criar a Subcomissão de Trabalho e Previdência, por requerimento do senador Paulo Paim (PT-RS). Ela substituirá a Subcomissão do Meio Ambiente, que agora passa a pertencer à recém-criada Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle.

# Azeredo critica falta de remédios contra Aids

■ Senador rejeita justificativa oficial para atraso nas entregas, atribuído a falha de fornecedor da Índia

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) criticou ontem o Ministério da Saúde pelo desabastecimento de remédios para os pacientes com Aids nos estados de Minas Gerais e São Paulo. Para ele, não se justifica o argumento do governo pelo atraso na entrega dos medicamentos por fornecedor da Índia, como teria afirmado o ministro da Saúde, Humberto Costa, por intermédio de seu



**RETROCESSO** Eduardo Azeredo diz que a área da saúde está sendo mal conduzida pelo governo Lula

porta-voz. O senador cobrou do governo encaminhamento adequado da questão.

Azeredo lembrou afirmação de funcionário de alto escalão do Ministério da Saúde de que

o ministro teria conhecimento do risco de desabastecimento de remédios.

– Não é, portanto, crível que o ministro venha agora dizer que isso não foi previsto – assinalou.

Para o senador, desde a quebra de patentes no governo passado, não há razão para não se produzir no país esses medicamentos, uma vez que as fórmulas são conhecidas. Azeredo considera existir retrocesso claro na área da saúde.

– O Brasil avançou muito no governo passado na área de combate à Aids e em outros temas. O ministro Humberto Costa não está conseguindo levar a bom termo sua gestão.



**SOLUÇÃO** Delcídio: ministro Humberto Costa adotou todas as medidas para corrigir falhas

## Delcídio anuncia regularização de entregas

O líder do PT, Delcídio Amaral (MS), anunciou ontem em Plenário que, a partir da próxima semana, estarão normalizadas as ações governamentais contra a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids), inclusive a entrega de medicamentos gratuitos para os portadores da doença.

Segundo o senador, o ministro da Saúde, Humberto Costa, já tomou as providências necessárias para corrigir as dificuldades que o programa de assistência enfrentou nessas últimas semanas e, garantiu, tudo caminha rapidamente para a normalidade.

Delcídio manifestou ainda sua satisfação diante do êxito comprovado do programa de eletrificação rural Luz para Todos. Ele disse que, em Mato Grosso do Sul, seu estado, dos 59 assentamentos de reforma agrária, 52 já possuem energia elétrica e água.

O senador afirmou que fazer reforma agrária significa dotar os assentamentos com água encanada, energia elétrica e assistência técnica – e não somente colocar as pessoas nos lotes e deixá-los sem infraestrutura.

### Mineração

Para Delcídio, uma segunda iniciativa do governo que trará grande progresso a Mato Grosso do Sul é a efetivação do pólo minero-siderúrgico de Corumbá, que, com a utilização do gás natural da Bolívia, permitirá o beneficiamento do minério de ferro da região.

– Em vez de vendermos minério de ferro *in natura*, por 20 ou 30 dólares a tonelada, poderemos vender produtos siderúrgicos por 300 ou 400 dólares a tonelada. Essa política de agregar valor ao gás e ao minério de ferro é a verdadeira política de integração do Mercosul, que trará empregos e progresso para a América Latina.

## Agenda

### Plenário tem hoje sessão não deliberativa

A sessão do Senado Federal de hoje está marcada para as 9h. De caráter não deliberativo, ela é destinada a pronunciamentos

de senadores, comunicados da Mesa e das lideranças partidárias, além da apresentação e leitura de projetos. Os primeiros

oradores inscritos para discursar na tribuna são os senadores Sibá Machado (PT-AC) e Papaléo Paes (PMDB-AP).

### Armandinho Macedo na TV Senado

O Espaço Cultural desta semana, programa que vai ao ar amanhã às 15h pela TV Senado, apresenta o músico e compositor Armandinho Macedo. O instrumentista iniciou sua carreira com apenas 10 anos de idade ao se apresentar em Salvador, no Trio Elétrico Mirim, criado por Osmar Macedo, seu pai. No repertório, músicas como *Na Baixa do Sapateiro*, de Ary Barroso, e *Vibrações*, de Jacob do Bandolim.



### RadioAgência pela web

Pela página da RadioAgência, na Internet, é possível ter acesso aos programas da Rádio Senado. O serviço é gratuito, e para o download dos programas e das notícias, em formato MP3, basta cadastrar a emissora no site [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio).

### Visite o Senado

O Senado oferece visitas guiadas por toda a Casa, inclusive o Plenário. O passeio começa de hora em hora no Salão Negro do Congresso, entre 9h30 e 17h30 nos dias úteis, e entre 10h e 14h nos fins de semana e feriados.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

## JORNAL DO SENADO

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros  
**1º Secretário:** Efraim Moraes  
**2º Secretário:** João Alberto Souza  
**3º Secretário:** Paulo Octávio  
**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos  
**Suplentes de Secretário:** Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

# Repressão a abuso de menor será votada terça

■ Projetos oriundos de CPI punem com maior rigor pornografia e crimes sexuais contra crianças e adolescentes

Os senadores devem votar na próxima terça-feira os três projetos que ampliam a repressão à pornografia e à exploração sexual infantil ou de adolescentes. As propostas, resultantes dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual, estavam incluídas na pauta de ontem, mas não foram apreciadas por falta de quórum. O líder do PT, senador Delcídio Amaral (MS), manifestou-se favorável ao adiamento, uma



vez que assim será possível, durante a votação, contar com a presença da senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), que presidiu a comissão.

O primeiro projeto (PLS 253/04), que modifica o Código Penal, altera o título do capítulo “Crimes contra os Costumes” para “Crimes contra a Liberdade

de e o Desenvolvimento Sexual”. A proposta também retira a valorização social da virgindade da mulher e torna a pena de delitos sexuais igual para todos os criminosos, independentemente da condição sexual ou moral da vítima.

Nesse sentido, o projeto suprime as formulações que

aumentam a pena quando o crime é cometido contra mulheres virgens. “O crime contra pessoas que se encontram em determinada faixa etária (entre 14 e 18 anos) não deve ser condicionado à virgindade, nem crimes contra mulheres devem ser avaliados por sua pretensa honestidade”, diz a justificativa da proposta.

Entre outras alterações, o projeto considera possível vítima de crime de assédio sexual qualquer pessoa, não apenas “mulher honesta”, e aumenta a pena se a vítima for menor de 18 anos.

## Cenas de sexo

Outro projeto resultado da CPI (PLS 254/04) tem como objetivo eliminar qualquer dúvida quanto à relevância penal da

conduta de fotografar crianças e adolescentes em cenas de sexo explícito ou pornográficas. O texto modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente, que atualmente fala em “produzir fotografias”, termo que provoca controvérsias. O senador Hélio Costa (PMDB-MG) destacou a importância de aprovação da matéria.

A terceira proposta (PLS 255/04) amplia a punição a hotéis ou pensões que hospedem crianças ou adolescentes desacompanhados ou sem autorização escrita dos pais ou responsáveis. Atualmente, a pena máxima é a interdição do estabelecimento por até 15 dias. Se aprovada a matéria, os estabelecimentos reincidentes poderão ser fechados.

Célio Azevedo



**MOTIVAÇÃO** Proposta de Heloísa Helena (no centro) gerou amplo debate no Plenário, tendo vários senadores destacado a importância da medida

## Em discussão PEC que torna obrigatório ensino pré-escolar

O Plenário do Senado discutiu, ontem, em terceira sessão do primeiro turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC) de iniciativa da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) que torna obrigatória e gratuita a educação infantil para crianças de zero a 6 anos de idade. A discussão prosseguirá na próxima semana.

Ao defender sua proposta (PEC 40/00), Heloísa Helena ressaltou que muitos perigos cercam crianças dessa idade, que ficam em casa por falta de creches e pré-escolas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quase 30% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres que precisam sair de casa para trabalhar, deixando seus filhos com vizinhos ou crianças um pouco maiores, argumentou.

A senadora acrescentou que, mesmo em lares com pai e mãe, muitas vezes ambos precisam trabalhar fora de casa, e as crianças menores de 7 anos

ficam sem assistência qualificada e expostas a riscos. Portanto, a exigência de creches e pré-escolas gratuitas vem preencher uma lacuna freqüente nas residências brasileiras, especialmente as mais carentes, disse Heloísa Helena.

Para Heráclito Fortes (PFL-PI), a proposta terá grande impacto na defesa da qualidade de vida das crianças. Ele instou o governo a operacionalizar o programa “com primor”, para que não se repitam as falhas de execução verificadas em outros programas sociais. Citou denúncia de desvio de R\$ 180 mil do programa Fome Zero, no Piauí, para pagamento de táxi aéreo.

Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) louvou a iniciativa e pediu providências imediatas para o esclarecimento das segundas mortes de crianças indígenas na região de Dourados (MS).

A proposta de Heloísa Helena também recebeu elogios de Mão Santa (PMDB-PI).

## Delito poderá ser considerado crime hediondo

Iniciado em junho de 2003, o trabalho da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre a Exploração Sexual, que se estendeu até julho do ano passado, resultou em projetos de lei dos senadores e deputados, na prisão de envolvidos com a prostituição infantil – entre eles vereadores – e em um melhor mapeamento da prostituição infantil em todo o país.

O relatório final da CPI recomenda o combate à exploração sexual em duas frentes: a primeira faz cobrança por mudanças na

legislação e a segunda apresenta sugestões para aprimorar as políticas públicas de prevenção de atendimento às vítimas.

Além dos três projetos que deverão ser votados pelo Senado na próxima terça-feira, tramitam na Câmara dos Deputados quatro propostas que visam inserir os crimes sexuais contra crianças e adolescentes na lista dos crimes hediondos.

Apensados ao PL 4.483/01, do então deputado José Carlos Coutinho, os projetos aguardam votação pelo Plenário da

Câmara. De acordo com a Lei 8.072/90, os crimes hediondos são insuscetíveis de anistia, graça e indulto, fiança e liberdade provisória e a pena deve ser cumprida integralmente em regime fechado.

A senadora Patrícia Saboya defende leis mais duras para quem pratica crimes sexuais contra crianças e adolescentes, além de maior vigilância policial nas mais conhecidas rotas de exploração de menores, principalmente as localizadas no Norte e no Nordeste.



**DETERMINAÇÃO** CPI da Exploração Sexual formulou sugestões visando aprimorar políticas voltadas para o menor

## Site aponta municípios afetados pela exploração

Desde a última segunda-feira, pode ser acessada na Internet a Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes.

A matriz foi criada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH) em parceria com o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), o Grupo de Pesquisa sobre Violência e

Exploração Sexual e Comercial de Mulheres, Crianças e Adolescentes da Universidade de Brasília (Viões/UnB) e a Comissão Intersetorial de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

No endereço [www.caminhos.ufms.br](http://www.caminhos.ufms.br) o internauta acessa informações sobre as 937 cidades identificadas como núcleos de prostituição infantil. Os usuários podem escolher estados/muni-

cípios para obter os respectivos relatórios. Também estão expostos resumos sobre programas federais que devem ter influência no combate à exploração sexual.

De acordo com levantamento feito pela SEDH, 32% dos casos de exploração infantil estão concentrados na Região Nordeste, 26% no Sudeste, 17% no Sul, 14% no Centro-Oeste e 12% no Norte.

Moreira Mariz

# Paim quer evitar que Orçamento seja "peça de ficção e fantasia"

■ Senador observa que, na forma atual, liberação de recursos depende da vontade do governo

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem mudança na forma de tramitação do projeto de Orçamento da União. O debate sobre o assunto, na sua opinião, foi retomado por conta de apresentação de proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), criando o orçamento impositivo. Se aprovada a PEC, as despesas previstas no Orçamento passariam a ser obrigatórias. Atualmente, a lei orçamentária apenas autoriza a realização dos gastos.



Célio Azevedo

**EXPECTATIVA** "Temos que levar o debate adiante e construir alternativas", observa Paim

– Depois do longo debate travado na quarta-feira, a conclusão é que a Comissão de Orçamento, como é agora, está desmoralizada. Temos que levar a discussão adiante e construir alternativas.

Paulo Paim afirmou que o debate mostrou opinião praticamente unânime no Plenário do Senado de que o Orçamento da União na forma atual é uma "peça fantasma, de ficção e fantasia". Os senadores decidem sobre o projeto de Orçamento, observou, mas a liberação dos recursos depende da boa vontade de quem estiver no governo.

De acordo com ele, se o Orçamento continuar como está, haverá uma nova comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar a questão. Dessa vez, ressaltou, não será a CPI dos "anões do orçamento", como foi apelidada uma comissão que funcionou na década passada, e sim a dos "gigantes do orçamento". Paim destacou também ter apresentado uma

PEC que modifica a tramitação do Orçamento, mas que a de Antonio Carlos Magalhães "é mais completa".

Em aparte, Antonio Carlos declarou que "quem não quer o orçamento impositivo é porque apóia a forma como a matéria é tratada atualmente". O senador lamentou que Tião Viana (PT-AC) tenha defendido a protelação de matéria tão importante.

Tião Viana afirmou que foi mal-interpretado. Ele disse que apenas defende a instalação progressiva do orçamento impositivo, mas que é favorável à proposta. Ramez Tebet (PMDB-MS) quer mudanças, salientando que não há sentido em se falar em "lei orçamentária" se as decisões do Congresso não são respeitadas.



Roosevelt Pinheiro

**MUDANÇA** Proposta de Jereissati confere maior competência às agências reguladoras

## Emendas restringem poder das agências

Por força de duas emendas de Plenário, apresentadas na sessão de quarta-feira, a PEC 81, que dispõe sobre o funcionamento das agências reguladoras, voltará a ser apreciada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Tendo como primeiros signatários o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), e o líder do PMDB, senador Ney Suassuna (PB), as emendas restringem o poder das agências conferido pelo texto inicial da PEC, de autoria de Tasso Jereissati (PSDB-CE) e relatada por Demostenes Torres (PMDB-GO).

Acrescentando um novo artigo à Constituição, no título que trata da "Ordem Econômica e Financeira", a PEC repassa às agências reguladoras competências bastante amplas nas áreas de fiscalização, habilitação e aplicação de sanções. Além do mais, entre outras inovações, concede a esses novos órgãos do Estado "independência funcional, decisória, administrativa e financeira".

As emendas de Mercadante e Suassuna, muito semelhantes entre si, partem do princípio de que o texto da PEC, além de encerrar contradições, avança sobre responsabilidades e funções já definidas da administração pública direta e indireta. Em outras palavras, poderia dar a entender que atividades de fiscalização e regulamentação exercidas por órgãos como Ministério do Trabalho, Banco Central e Receita Federal, entre outros, seriam coordenadas por agências reguladoras.

A emenda de Suassuna muda ainda significativamente a PEC no tocante aos limites legais das agências. Ela substitui o termo "independência" pelo conceito de autonomia.

## Grandes temas na edição semanal do Jornal do Senado

A análise do Orçamento pelo Congresso precisa mudar. Essa é a constatação de vários líderes de bancadas no Senado e na Câmara. O presidente do Senado, Renan Calheiros, já assumiu definindo esse tema como uma de suas prioridades e determinou a instalação de uma comissão para discutir o assunto. As conseqüências dessas mudanças estão em debate na edição semanal do **Jornal do Senado**, que circula em todo o país, nesta segunda-feira (28).

A reforma política, outro tema considerado fundamental pelo presidente e pelos líderes partidários, também é tema da edição semanal, que apresenta, em duas páginas, panorama da reforma no mundo.

As decisões do Plenário têm espaço no jornal, que adianta ainda, entre outros assuntos, pontos do relatório de Demostenes Torres (PFL-GO) sobre a comissão externa que acompanha as investigações do assassinato da missionária Dorothy Stang, e trata de desenvolvimento regional, tema da nova comissão permanente.

A edição semanal é distribuída para mais de 45 mil pessoas, em todo o país. Para se tornar um assinante, basta enviar o pedido ao endereço eletrônico [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br).

## Heloísa: "Executivo atua de forma cínica"

Heloísa Helena (PSOL-AL) manifestou-se a favor da proposta que institui o orçamento impositivo. Para a senadora, a medida é importante como forma de instituir mecanismo para acabar com a corrupção, que ela acredita ser implementada pelo Poder Executivo.

Sobre a possibilidade de apresentação de emendas à proposta, Heloísa Helena considerou tratar-se "claramente de mecanismo protelatório".

– Mas caso tenha sido acordado com as pessoas que defendem o projeto, tudo bem.

Na opinião de Heloísa Helena, essa discussão seria desnecessária "em um país sério", uma vez que a Constituição federal já determina o enquadramento



Roosevelt Pinheiro

**PREVENÇÃO** Para Heloísa Helena, orçamento impositivo é importante para combater a corrupção

em crime de responsabilidade no caso de o presidente da República não cumprir a lei orçamentária.

A senadora afirmou ser de conhecimento público que há irregularidades na Comis-

são Mista de Orçamento, mas atribuiu ao Executivo parcela importante nesse processo.

– Quem indica os supostos delinqüentes da Comissão de Orçamento é o líder. E se é o líder que indica, é uma grande promiscuidade que é estabelecida. E é promiscuidade do Executivo, porque, para haver a delinqüência, o Executivo, que libera o recurso, tem que ser parte disso.

Segundo Heloísa, o Executivo atua de "forma cínica e dissimulada", juntamente com "sua base de bajulação", em atos como "seleção de emendas de parlamentares, que seriam liberadas conforme a capacidade que o parlamentar tenha de se vender".

## Orçamento impositivo não vai tolher o presidente, diz Tourinho

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) sustentou que a adoção do orçamento impositivo (de cumprimento obrigatório), como prevê emenda do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), não irá tolher a atuação do presidente da República na área orçamentária. O presidente continuará com a possibilidade de contingenciar verbas orçamentárias, desde que obtenha antes aprovação do Congresso. Para isso, ele tem de justificar detalhadamente as razões da suspensão de cada

dotação.

– Com o orçamento impositivo, ganha a democracia brasileira, pois os parlamentares, legítimos representantes do povo, que já têm o poder de fixar a legislação tributária, também passarão a definir a estrutura dos gastos públicos, de acordo com as demandas dos seus eleitores.

Tourinho lembrou que, se aprovada sua implantação, o orçamento impositivo ainda irá impor novas exigências aos deputados e senadores. Entre



Roosevelt Pinheiro

**COMPETÊNCIA** Presidente poderá limitar verbas se for autorizado pelo Congresso, lembra Tourinho

outras coisas, se o Congresso não votar em 30 dias pedido de contingenciamento, a solicitação presidencial será considerada aprovada.

## MP 232

Jane Araújo



**DEBATE** Presidente da Associação Comercial de São Paulo, Afif Domingos estará em Brasília dia 2

## Comissão mista convida Afif Domingos para audiência

O presidente da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, participa na próxima quarta-feira (2) de audiência pública na comissão mista encarregada de emitir parecer sobre a Medida Provisória 232/04, que alterou a legislação do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A comissão é

presidida pelo deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) e tem como relator o senador Romero Jucá (PMDB-RR).

A MP 232 corrige a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física, o que na prática reduz o imposto que é descontado, na fonte, dos trabalhadores assalariados. Mas, para compensar a perda de receitas, o governo incluiu na MP o aumento de 1% para 1,5% no IR de produtores rurais e de prestadores de serviço de limpeza, conservação, segurança, vigilância e locação de mão-de-obra, manutenção de bens móveis e imóveis, transportes, serviços médicos em geral e engenharia civil.

A bancada do PSDB no Senado apresentou 11 emendas à MP 232. Entre elas está a supressão do artigo 11, que aumenta o IR e a CSLL das prestadoras de serviço. O partido propõe também a eliminação do artigo 6º, que institui IR para pequenos agricultores e estabelece outras tributações, o que causaria ônus de R\$ 500 milhões aos agricultores do Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar.

Na opinião do senador, mesmo que o agricultor, pessoa física ou jurídica, seja isento do IR, se em determinado mês ele realizar alguma operação de venda acima da faixa mensal de isenção, deverá antecipar o valor do imposto e recebê-lo de volta integralmente no ano seguinte.

– Ora, o pequeno produtor rural trabalha com períodos de safra e entressafra, plantio e colheita, engorda e abate. Sua renda anual, geralmente ínfima, forma-se com as vendas realizadas em alguns poucos meses do ano. A prova disso é que mais de 90% dos produtores rurais nem sequer apresentam declaração de Imposto de Renda, pois estão abaixo das faixas de incidência.

Aelton Freitas reconheceu que a retenção na fonte é providência válida, largamente prevista na legislação, mas a antecipação do recolhimento do imposto só é cabível quando este vem a ser devido em algum momento futuro.

– Não é o que ocorre com os produtores, pois mais de 90% são isentos, e, no entanto, não conseguirão escapar da retenção na fonte. Terão parte de sua renda imobilizada e somente um ano depois devolvida – disse.



**ARMADILHA** Aelton: mais de 90% dos produtores, mesmo isentos, não conseguirão escapar da retenção

## Aelton rejeita antecipação do IR para agricultores

Em referência às mudanças tributárias instituídas pela Medida Provisória 232/04, o senador Aelton Freitas (PL-MG) disse ontem que a mais inaceitável delas é a que estabelece que os produtores rurais, ao venderem suas mercadorias para a indústria, terão 1,5% do valor da operação retido pelo adquirente, a título de antecipação do Imposto de Renda (IR), sempre que o valor da venda superar o limite mensal de isenção do tributo, de R\$ 1.164.



**IGUALDADE** Presidida por Renan, a Mesa decidiu também adotar novos critérios para o uso da palavra em Plenário

# Renan vai cortar R\$ 10 mi no orçamento do Senado

**Presidente nega que objetivo seja o de compensar possível reajuste do salário dos parlamentares**

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem que, em sua primeira reunião depois de eleita, a Mesa decidiu cortar gastos correspondentes a R\$ 10 milhões no orçamento da Casa deste ano. Em outra deliberação, concluiu pela adoção de novos critérios para o uso da palavra em Plenário.

Segundo Renan, os cortes estão “dentro da linha que vamos imprimir à administração do Senado”, com o objetivo de contribuir para a redução dos gastos públicos.

– A carga tributária cresce em consequência do aumento do gasto público. O Senado vai dar exemplo cortando seus gastos.

Os cortes referem-se a despesas com passagens, hospedagem, diárias e telefone. O senador negou que o objetivo com os cortes seja o de contrabalançar os gastos com a remuneração dos parlamentares.

– Não tratamos disso. Este é um assunto que pode ou não chegar ao Senado. Nós resolvemos não nos precipitar. Temos outras prioridades – disse.

A democratização do uso da palavra em Plenário pelos senadores “vai permitir maior produtividade”, afirmou.

– O regimento atual vem do bipartidarismo e permite que os líderes falem mais de uma vez durante a sessão, o que dificulta e discrimina. O Senado é a Casa da igualdade e não queremos criar uma casta, vamos democratizar o acesso para todos – declarou.



**INTERAÇÃO** Líder Ney Suassuna (ao lado de Olívio Dutra) vai trazer outros ministros para conversar com a bancada

## Bancada do PMDB reúne-se com Olívio Dutra

A bancada do PMDB no Senado reuniu-se ontem com o ministro das Cidades, Olívio Dutra. O convite foi feito pelo líder da bancada, senador Ney Suassuna (PB). Suassuna disse que, nas próximas semanas, a bancada se reunirá com os ministros da Agricultura, Roberto Rodrigues, e do Turismo, Walfrido dos Mares Guia.

– Todas as bancadas reclamam da pouca interação e do pouco espaço para audiências com ministros – explicou.

### Crise no PMDB

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou ontem que é preciso resolver o conflito do PMDB na Câmara o mais rápido possível. Segundo ele, o PMDB “não pode brigar dessa forma, nesse momento, porque enfraquece o partido”.

– O papel do PMDB na governabilidade é insubstituível. A bancada está rachada. Não adianta eleger um líder que não é líder, pois ele não tem a vontade da maioria – assinalou.

O senador referia-se à eleição do deputado federal Saraiva Felipe (PMDB-MG) para líder do partido, por uma maioria de 43 dos 85 peemedebistas.

Renan não quis comentar a promessa do presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, de elevar o salário dos deputados dos atuais R\$ 12 mil para R\$ 21 mil mensais.

– Por enquanto, essa demanda não está tramitando no Senado e não pretendo me antecipar – afirmou o senador.

Jane Araújo

Jane Araújo



**ERRO** Para Hélio Costa, é incoerente exigir selo social para refinaria que ainda não produz o combustível

## Hélio Costa quer selo temporário para biodiesel

Ao comentar a lei que introduziu o biodiesel na matriz energética nacional, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) recomendou a criação de um selo social temporário para permitir que refinarias interessadas em produzir esse combustível consigam financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ele classificou como incoerente a exigência de selo social quando a refinaria ainda não iniciou a produção do combustível.

O parlamentar explicou que a lei faculta empréstimos diretos do BNDES às empresas interessadas em participar do programa do biocombustível, mas para chegar a 90% desse empréstimo, as empresas precisam apresentar o selo social.

De acordo com Hélio Costa, para cumprir a norma, a refinaria precisará ser legalizada pela Receita Federal, que exige o cadastro previsto na medida provisória convertida em lei. Acontece que a lei só confere o cadastro se a refinaria estiver funcionando.

Hélio Costa recomenda que o governo conceda temporariamente o selo social, até que a empresa em construção se organize e tenha condições de receber o financiamento.

– Se no prazo de seis, oito meses ou um ano ela não conseguir cumprir as obrigações, o selo será recolhido. Não se pode exigir aquilo que não é possível obter – advertiu ele.

# César Borges: governo não tem projeto para o Nordeste

■ Segundo ele, Executivo "tirou da gaveta" a idéia centenária de transposição das águas do rio São Francisco

O senador César Borges (PFL-BA) disse ontem que o governo não tem projeto para o Nordeste e que, por isso, tirou da gaveta a idéia centenária de transposição das águas do rio São Francisco. Segundo o parlamentar, a discussão do problema está sendo conduzida de forma parcial e atabalhoada, pois tecnicamente a melhor saída para garantir o abastecimento de água em parte da região semi-árida nordestina não seria a transposição.

– Não são poucos os especialistas que consideram a transposição um erro. A maioria dos estudos técnicos que já tive a oportunidade de ler mostram



**REVITALIZAÇÃO** Problema do semi-árido não é a falta de água, mas seu uso inadequado, afirma César Borges

que o principal problema do semi-árido não é a falta de água, mas a má conservação e o uso inadequado do recurso – sustentou ele.

César Borges informou que o próprio Banco Mundial, especializado em projetos de infraestrutura, considera inviável o projeto. Para o parlamentar, antes de se falar em transposição seria preciso revitalizar o

rio. Ele observou que, dos cerca de R\$ 600 milhões previstos pelo Plano Plurianual (PPA) 2004/2007 para a revitalização do rio São Francisco, apenas cerca de R\$ 25 milhões foram gastos até agora.

A proposta de transposição das águas do rio São Francisco, na opinião do senador, é um engodo, “uma forma de desviar a atenção da sociedade dos reais problemas socioeconômicos da região Nordeste”.

– Será necessária a implementação de uma política industrial que estabeleça melhores condições fiscais, tributárias e de exportação. Uma política agrícola que proporcione apoio técnico e crédito para os produtores rurais – afirmou.

Em aparte, os senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-CE), Romeu Tuma (PFL-SP) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA) apoiaram a opinião de César Borges.



**REGRA** Financiamento depende de adequação às previsões de gastos em investimento, explica Suplicy

## Suplicy responde a Alckmin sobre empréstimo do BNDES

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) respondeu ontem a questionamento do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, a respeito da demora do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para aprovar financiamento de R\$ 380 milhões para a companhia do metrô paulista.

De acordo com o senador, Alckmin afirma que, quando Carlos Lessa era presidente do BNDES, o pedido de empréstimo estava na pauta de reunião da diretoria. Com a saída de Lessa, a operação não voltou a ser discutida. O governador de São Paulo também estaria apreensivo porque, ao visitar a Venezuela, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou recursos do BNDES para o metrô de Caracas.

Suplicy disse ter conversado com o novo presidente do banco, Guido Mantega, segundo o qual, quando um governo estadual solicita empréstimo para uma obra, é preciso que o pedido seja condizente com as diretrizes do governo federal em relação ao conjunto dos gastos e investimentos. O governo de São Paulo também precisaria fazer uma contrapartida junto ao BNDES, reduzindo investimento em alguma outra área, pelo menos no que diz respeito a seus projetos para 2005.

No mesmo discurso, Suplicy manifestou-se contra a decisão da Câmara de reajustar a remuneração dos deputados.

## Almeida Lima protesta contra construção de refinaria em PE

O senador Almeida Lima (PSDB-SE) protestou ontem contra a decisão que teria sido tomada pela Petrobras de construir uma refinaria em Pernambuco. Segundo ele, trata-se de uma medida equivocada e irresponsável, que não leva em consideração as melhores condições técnicas e custos mais baixos que, a seu ver, Sergipe pode oferecer.

– O presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, é um ingrato, que já esqueceu os votos que o elegeram senador por Sergipe. Ele e o prefeito de Aracaju, Marcelo Déda, são os coveiros do estado, porque estão sepultando seu desenvolvimento econômico.

Para Almeida Lima, a gestão de Dutra na Petrobras tem sido desastrosa, uma vez que o atual presidente é um sindicalista e

não um empresário de visão que a função requer.

Segundo o senador, em 2004 a empresa diminuiu em 3% sua produção, resultando em perda de US\$ 5 bilhões para o país. Este é, na sua opinião, o resultado da decisão do presidente Lula de colocar petistas em cargos estratégicos, em vez de procurar técnicos com experiência.

Ele citou o articulista da revista *Veja* Diogo Mainardi, que, em seu artigo de 19 de janeiro, afirmou ser Lula “caro demais para o país”, com suas políticas de privilegiar petistas em postos técnicos na Petrobras e pretender forçar a construção das plataformas petrolíferas P51 e P52 no Brasil.

– A bravata resultou em atraso nos prazos e custos mais altos. No final, a concorrência foi



**CRÍTICA** Almeida Lima: “Presidente da Petrobras já esqueceu votos que o elegeram senador por Sergipe”

vencida por empresa de Cingapura. Em seu estaleiro na Ásia, a P52 já está sendo construída e a P51 será a próxima. Na empresa, o custo lulista já soma US\$ 14,6 bilhões de prejuízo – enfatizou Almeida Lima.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) contestou a informação de que a Petrobras já teria decidido construir a refinaria em Pernambuco. De acordo com ele, está correndo prazo de 45 dias para estudos técnicos, antes da decisão final.

## Impostos preocupam investidores e grandes consumidores de energia elétrica

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem representantes dos investidores e grandes consumidores de energia elétrica, preocupados com o aumento da carga de

impostos e taxas incidentes sobre as tarifas. Segundo um dos visitantes – Mário Cilento, presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia Elétrica –, Renan

foi “extremamente atento” aos argumentos apresentados.

– O Brasil vive um momento importante de investimentos para aumentar a produção, mas somos extremamente de-

pendentes da energia elétrica e estamos sendo surpreendidos com constantes aumentos dos custos – disse Cilento.

Já o presidente da Câmara Brasileira dos Investidores em

Energia Elétrica, Cláudio Sales, disse que somente o último aumento de tributos significou impacto de mais de 2% para o consumidor de energia elétrica.

Gerardo Magela



**MOBILIZAÇÃO** Stédile (segundo à esquerda) pediu apoio de Renan (centro) à aprovação de proposta que está na Câmara

## Stédile defende PEC contra trabalho escravo

O coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stédile, esteve ontem no gabinete do presidente do Senado, Renan Calheiros, para pedir que o Congresso Nacional adote medidas visando agilizar a reforma agrária.

O representante do MST solicitou o apoio de Renan à aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC) que desapropria as terras dos fazendeiros que explorem trabalho escravo. A matéria já foi aprovada pelo Senado e aguarda votação na Câmara dos Deputados.

– A leitura que se tem é que,

se o governo não está se mexendo, esses fazendeiros podem fazer o que querem. A lentidão do governo estimula essa situação – disse.

Stédile observou que a sociedade brasileira está preocupada com a reforma agrária e com o assassinato da missionária Dorothy Stang, ocorrido no último dia 12 de fevereiro, em Anapu (PA). Ele acrescentou que o agronegócio cria conflitos sociais, não traz desenvolvimento e ainda agrava o problema do desemprego e da pobreza.

– Essas mortes no campo estão ligadas a esses fazendeiros modernos. O agronegócio tem

explicações a dar à sociedade brasileira – afirmou.

### MST no Planalto

Stédile informou também que hoje, às 9h30, integrantes do MST vão ao Palácio do Planalto para tentar convencer o governo a tomar as medidas emergenciais necessárias para que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) possa fazer o assentamento de famílias no campo.

– O governo Lula prometeu assentar 430 mil famílias com o Plano de Reforma Agrária, mas em 2003 as ações nesse sentido foram ridículas e, em 2004, ficaram aquém do que havia sido prometido – concluiu.

## Sibá: medidas adotadas para a Amazônia são permanentes

As medidas anunciadas pelo governo federal para a Amazônia, após o assassinato da missionária Dorothy Stang, são "estruturantes e definitivas", afirmou ontem o senador Sibá Machado (PT-AC), ao contestar críticas de que essas providências são paliativas.

– Nunca um governo olhou com tanto cuidado para a Amazônia como este – disse ele, ressaltando que o projeto de concessão de florestas está sendo debatido desde o ano passado pela sociedade e pela imprensa e que as medidas de combate à violência e ao desmatamento se achavam em adiantada fase de elaboração, no âmbito do governo.

No conjunto, as ações do governo "estão sendo implementadas para combater com mais firmeza a ilegalidade renitente e para promover o

desenvolvimento sustentável da Amazônia", resumiu.

Sibá mencionou, entre as medidas tomadas, a criação da Estação Ecológica da Terra do Meio, do Parque Nacional da Serra do Pardo, no Pará; da Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade, no Acre; e das florestas nacionais de Balata-Tufari, no Amazonas, e de Anauá, em Roraima.

Segundo o senador, o estabelecimento dessas áreas integra as metas do Plano Amazônia Sustentável (PAS), do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal e do Programa Nacional de Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

Ele informou que mais da metade dessas florestas está em terras públicas, consideradas devolutas, até então sem regulamentação, o que as transforma-



Roosevelt Pinheiro

**CONSTATÇÃO** Nunca um governo olhou com tanto cuidado para a região, afirma Sibá Machado

va em alvo fácil dos chamados grileiros e dos madeireiros ilegais, apontados como responsáveis pela morte da freira.

Para promover o manejo adequado de florestas, o governo enviou ao Congresso, em regime de urgência, projeto que regulamenta o uso de matas para a produção sustentável em terras públicas, e cria o Serviço Florestal Brasileiro e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, voltado para assistência e incentivo.

# Demostenes quer uso de armas não letais pela polícia

■ Senador argumenta que, com a medida, haverá diminuição do número de mortes e danos físicos

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) defendeu ontem a utilização de armas não letais pelas Forças Armadas e polícias, passando o armamento de efeitos fatais a posição secundária. Ele explicou que as armas não letais são projetadas para emprego preferencial na incapacitação de pessoas ou materiais, visando não causar fatalidades e lesões permanentes ou danos indesejados à propriedade e ao meio ambiente.

Ele ressaltou que, com o uso de armas não letais, "as mortes e os danos físicos permanentes e graves em seres humanos serão fortemente diminuídos, assim como a vitimação de inocentes e a degradação do meio ambiente em operações tanto de segurança pública quanto de guerra".

Balas de borracha, jatos



Gerardo Magela

**CAUTELA** Demostenes sugere uso preferencial desses instrumentos também pelas Forças Armadas

d'água, barricadas e condutores de choque elétrico são exemplos de armas não letais dados por Demostenes. Esses instrumentos, disse, vêm sendo usados em contenção de tumultos, dispersão de multidões e paralisação temporária de criminosos.

O parlamentar considera inadmissível que as polícias e as Forças Armadas continuem a usar apenas armamentos letais, que não possibilitam meios menos danosos para o desempenho de suas missões.

## Maguito pede a comissão que acompanhe caso de sem-teto

Maguito Vilela (PMDB-GO) pediu que a comissão externa do Senado que acompanha as investigações sobre o assassinato da missionária Dorothy, no Pará, estenda sua atuação ao episódio da morte de dois cidadãos durante desocupação de um terreno em Goiânia.

– No Parque Oeste Industrial, também duas vidas foram ceifadas. Um pai de família que lutava para ter uma casinha para abrigar seus filhos e um jovem de 20 anos, que lutava também por uma casinha para abrigar seus pais.

Ele definiu a ação policial como selvageria. "Invasão de policiais a cavalo, matando, atirando, aleijando, derrubando casas com máquinas, o Brasil ficou estupefado com as cenas mostradas na TV."

Para Maguito, "é justo que o Senado também acompanhe esses acontecimentos". Ele sugeriu que a comissão,



Gerardo Magela

**CHOQUE** Maguito diz que país ficou estupefado com cenas de violência na operação policial em Goiânia

sem deslocar-se de Brasília, acompanhe as investigações realizadas pelas polícias Militar e Federal sobre o que ocorreu em Goiás, e depois apresente um relatório à Casa.

Na presidência da Mesa, o senador Tião Viana (PT-AC) disse que encaminhará o pedido de Maguito ao presidente da Casa, Renan Calheiros, por entender "a relevância e urgência que o assunto requer".

# União Européia dá exemplo de integração, diz Maciel

■ Para futura associação da América do Sul, senador recomenda que modelo do bloco europeu seja seguido

Os países que já integram o Mercosul e que pretendem criar no futuro uma associação de todos os países da América do Sul devem, na opinião do senador Marco Maciel (PFL-PE), observar e utilizar como roteiro o modelo de integração que vem sendo implementado pela União Européia. Segundo o parlamentar, a Europa vem dando um exemplo de reunião bem-sucedida.

Maciel comentou a aprovação pela população espanhola, no último domingo, da Constituição da União Européia, que deverá entrar em vigor em janeiro de 2007. Ele observou que, apesar de o referendo haver registrado um baixo comparecimento às urnas (42%), 76% do total de votantes foram favoráveis à nova legislação. O senador ressaltou que a Espanha foi o primeiro país a fazer essa aprovação por consulta popular, sendo que a Eslovê-



**AVANÇO** Maciel destacou aprovação pela população espanhola da Constituição da União Européia

nia, a Lituânia e a Hungria já haviam aderido ao documento, por manifestação de seus parlamentares, faltando ainda a decisão de 21 países do bloco.

Para o senador, não é apenas a Constituição que demonstra o sucesso da União Européia, mas, principalmente, a adoção do euro, que já é a segunda moeda em volume de reservas, só perdendo para o dólar norte-americano.

– É o mais bem tecido modelo de integração. Esse é um formato que está obtendo bom êxito e que começou a ser bolado na década de 50. A Europa será, se não uma federação, uma confe-

deração de Estados – previu.

Ele recomendou aos países da América Latina que usem o início da União Européia como espelho e roteiro para seu processo de integração, observando que na América do Sul a integração pode ser feita muito mais rapidamente do que na Europa, pois não existem tantas diferenças culturais entre os países.

– Devemos fazer a integração sem pressa, mas também sem pausas, buscando reduzir as desigualdades – declarou.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou o sucesso do referendo espanhol.

## Direito

No mesmo discurso, Marco Maciel comunicou a apresentação de projeto que altera a Lei dos Partidos Políticos para incluir dois artigos que implementam uma cláusula inspirada na nova Constituição da União Européia. Trata-se, explicou, do chamado direito à objeção de consciência – que consiste no direito de o parlamentar deixar de votar proposição legislativa sob a alegação de que ela fere sua consciência, sem sofrer, com isso, nenhuma medida disciplinar.



**AMEAÇA** Para Mozarildo, busca-se criar um clima psicológico propício à internacionalização da floresta

todas as formas e agora querem usar o patrimônio que é nosso como patrimônio de todos. De todos quem? – questionou o senador.

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou que esse episódio deve ser visto como uma chamada de atenção para que projetos como o do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) e o Calha Norte tenham vida permanente e suas verbas elevadas.



**REPERCUSSÃO** Crivella afirma que assassinato ocorrido no Rio foi noticiado até no exterior

## Crivella quer que União apure morte de ambientalista

Em discurso ontem no Plenário, o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) pediu a federalização das investigações do assassinato do ambientalista Dionísio Júlio Ribeiro, de 61 anos. O ambientalista foi morto no dia 22 com um tiro de escopeta na entrada da reserva de Tinguá, vizinha a Nova Iguaçu (RJ). Crivella afirmou

que Dionísio Júlio Ribeiro trabalhava como voluntário na reserva e há dez anos recebia ameaças de morte.

– Como todo idealista, porém, ameaças jamais o calaram. Foi preciso um tiro certeiro para calar a voz daquele que se dedicava a uma causa com a tenacidade de toda uma vida – disse.

Crivella lembrou que o assassinato foi noticiado internacionalmente. A *Associated Press*, por exemplo, destacou que a morte do ambientalista ocorreu apenas dez dias após o assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang, vítima da violência por questões fundiárias em Anapu (PA).

Segundo o senador, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, já determinou que a cúpula da Polícia Federal se empenhe na investigação da morte de Dionísio Ribeiro. De acordo com Crivella, a polícia já enviou uma equipe à reserva de Tinguá.

– Queremos justiça para que crimes bárbaros como esse não se repitam jamais – afirmou, lamentando com “profunda tristeza” o ocorrido.

## Pavan cobra de Lula perdão de dívidas de agricultores

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) propôs ontem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva o perdão das dívidas dos pequenos produtores dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, cuja produção foi prejudicada em razão das chuvas ou da estiagem. Para ele, em vez de propor aos países ricos o perdão das dívidas dos países mais pobres, Lula deveria se preocupar com a população pobre do Brasil.

O senador lembrou que o presidente Lula apresentou essa proposta, como noticiou a imprensa, em sessão do Fórum Econômico Mundial, em janeiro, em Davos, na Suíça.

– Considero louvável a proposta, mas o Brasil não está em condições de perdoar ninguém se temos dívidas com a nossa população, que está sendo penalizada ainda mais pelo governo federal com a edição de medidas provisórias e o aumento de impostos



**PREJUIZOS** Pavan explica que os produtores pedem apenas a prorrogação dos financiamentos

– argumentou.

De acordo com Pavan, os cerca de 1,2 mil agricultores prejudicados pelas mudanças climáticas em dois estados do Sul do país não estão pedindo ao governo o perdão de suas dívidas, mas a prorrogação dos compromissos assumidos com os bancos.

Leonel Pavan também criticou a edição de novas medidas provisórias pelo governo após a eleição para a Presidência da Câmara dos Deputados.

– Após a eleição na Câmara, que foi um protesto contra a edição de medidas provisórias, o governo edita mais nove medidas – lastimou o senador.

## Mozarildo: Amazônia como bem público favorece os ricos

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) protestou contra declarações do francês Pascal Lamy, em que ele defende que a Amazônia e as demais florestas tropicais devem ser consideradas “bens públicos” e submetidas a regras de “gestão coletiva”. O ex-comissário de Comércio da União Européia e candidato a ocupar o posto de diretor da Organização Mundial do Comércio (OMC) teria feito a sugestão, como observou o senador, em conferência para diplomatas na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Genebra, na Suíça. O assunto foi tema de duas reportagens da edição de ontem do jornal *O Estado de S. Paulo*, apontou Mozarildo.

De acordo com o senador, a afirmação de Lamy soma-

se à série de declarações de governantes mundiais que têm afirmado que o Brasil não tem capacidade para administrar a Amazônia. E sempre que ocorrem acontecimentos como o do assassinato da freira Dorothy Stang, continuou o senador, busca-se criar um clima psicológico propício para tratar da internacionalização da Amazônia.

– Regras de gestão coletiva já são abordadas por eles como soberania coletiva. E eu não posso aceitar um processo que está sendo colocado a olhos vistos e que está avançando, para que seja editada amanhã uma resolução da ONU declarando que a Amazônia e as florestas tropicais são bens do mundo todo, ou seja, dos ricos. Os ricos, para ficarem ricos, poluíram o mundo de